

Se o Comtur de todas as cidades, como o de vocês, que têm três mil habitantes, e que é uma cidade belíssima, com inúmeros atrativos, fizesse a lição de casa, como vocês fizeram, nós estaríamos aqui, de pé, aplaudindo o estado de São Paulo, para poder buscar esses quase 70 milhões de reais que estão no Fundo dos Municípios de Interesse Turístico. Nós estaríamos repassando isso a cada município, para fazer a infraestrutura turística.

Eles trouxeram toda a documentação, devidamente protocolada aqui, agora. Já estamos enviando para as comissões. Depois vai à Casa Civil e depois para a Secretaria de Turismo, onde será feita a análise de todo o processo. Depois volta para cá, para o Plenário, para votarmos.

Só que isso precisa ser rápido. Nesta Casa temos 40 projetos prontos para votação. Só que não podemos ficar esperando, como os outros 20 municípios, durante dois anos. Por isso faço um apelo a esta Casa, que está realmente trabalhando, e trabalhando muito, em direção ao turismo do estado de São Paulo.

Temos ainda, nos cofres do Governo do Estado de São Paulo, quase 60 milhões de reais, para serem entregues aos municípios de interesse turístico, ainda neste ano. Precisamos que esta Casa faça a sua lição. Os projetos já estão aqui. A Secretaria e a Casa Civil já fizeram sua parte. Agora é hora de nosso querido presidente Capez, que tem trabalhado no Colégio de Líderes, e mais, do nosso presidente Cauê Macris, que precisa se ater, já que tem se dedicado a esse item, e construirmos essa pauta positiva com esses 40 municípios.

Se cada um receber 500 mil reais, trata-se de um montante muito importante para os municípios. Quero deixar aqui o nosso pedido a esta Casa, para que hoje, no Colégio de Líderes, possamos tirar uma pauta positiva. Vamos votar esses 40 municípios, do modo como foi com os 20, 94 deputados sendo autores desses 40 projetos que aqui estão, e que possamos, o mais breve possível, fazer que os municípios tenham os seus projetos, para que as obras sejam aprovadas e, até o fim do ano, receberem esses recursos.

Fizemos esse protocolo com uma transmissão, ao vivo, da tribuna, junto com o prefeito Sérgio, a quem agradeço. Em duas horas, já são 680 visualizações. Vejam a importância disso, uma cidade com três mil habitantes, e 680 pessoas, na hora do almoço, tiveram a preocupação de aplaudir o seu prefeito, que está fazendo aquilo a que realmente veio: melhorar a condição da sua cidade, para gerar emprego e gerar renda.

A todos de Pedrinhas Paulista, os nossos parabéns. A todos que conseguiram a aprovação como municípios de interesse turístico, nossos parabéns. Quanto aos 40 municípios que estão nesta Casa, fica para os deputados da Casa a oportunidade de ajudar essas milhares de pessoas que estão aguardando recursos para gerar renda e emprego. Essa é a nossa obrigação. Eu acredito que será nesta semana ou nas próximas semanas. Tem que ser o mais breve possível.

A todos o nosso muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.
O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 659, de 2017, de autoria do Sr. Governador, que dispõe sobre a reorganização societária da Sabesp.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Sebastião Santos e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.
\* \* \*

- Suspensa às 15 horas e 26 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 32 minutos, sob a Presidência do Sr. Ed Thomas.
\* \* \*

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Nobre deputado Ed Thomas, inicialmente eu faço questão de, em público, agradecer sua maneira gentil, atenciosa e amiga ao ter me recebido na sua querida e encantadora Prudente. Estive lá para fazer um evento do partido. Foi um encontro regional com 40 cidades. O deputado Ed Thomas foi ao evento. Fez questão absoluta de falar.

Se eu fosse acreditar nos elogios que me fez, eu estaria na Champs-Élysées, agora. Estaria na França, descansando, tendo em vista que já teria alcançado todos os meus objetivos na vida. Quero agradecer, de público. Isso não é costumeiro. Esta não é uma Casa que tem essa camaradagem e essa lhaneza. Portanto, deputado Ed Thomas, quero lhe agradecer.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Deputado Campos Machado, sua presença em Presidente Prudente muito nos honrou. Honrou a cidade, o partido e a história do partido de Vossa Excelência. Praticamos, ali, nada mais do que o respeito aos seus mandatos nesta Casa. Merecem todo o nosso respeito - não somente deste deputado, mas de todos os deputados da Assembleia Legislativa, pela forma com que V. Exa. nos trata e nos ajuda, em um aprendizado realmente diário. É sempre um prazer recebê-lo lá, e um prazer ouvi-lo aqui.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado para falar pelo Art. 82.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Na tarde de hoje, eu não poderia não usar a palavra hoje, exatamente porque nós vamos pedir o levantamento da sessão até as 19 horas. Eu tenho que me dirigir aos senhores agentes fiscais de renda e aos delegados tributários, auditores fiscais, amigos da PM e da Polícia Civil, para informar o que todos já sabem, mas quero deixar público.

Quero informar que nós, na última quinta-feira, protocolamos um mandado de segurança. É um mandado de segurança que, evidentemente, não tinha nenhuma pretensão que fosse concedida a liminar. Esse mandado vai ser julgado pelo Pleno. Os 25 desembargadores mais antigos é que vão decidir o destino desse mandado de segurança.

O relator, desembargador João Carlos Saletti, fez um ofício pedindo informações à Presidência efetiva da Casa. Consta no pedido, até considerações sobre a relevância da formulação do mandado de segurança. Se Sua Excelência achou que havia relevância, eu entendi que o mandado de segurança tinha sido muito bem impetrado pela advogada do meu escritório de advocacia.

Senti, nessa manifestação do Dr. João Carlos Saletti, uma demonstração de sensibilidade em relação à nossa causa. Ontem eu dizia ao presidente Cauê Macris - meu amigo - no Colégio de Líderes, que seria muito mais importante que o presidente não deixasse esse caso prosseguir.

Não importa a decisão definitiva que vai ser tomada, para lá ou para cá. A Casa não vai ganhar, ela vai perder. Se na hipótese remota - hoje eu tenho muita fé nesse mandado de segurança - de o Tribunal de Justiça não conceder essa segurança definitiva, a Assembleia vai perder como Poder.

Estamos na seguinte situação: se conceder, a Assembleia perde; se não conceder, a Assembleia perde. Indaguei ontem ao Colégio de Líderes: para que e por que submeter este Poder? Para que submeter este Poder a essa situação? Dê-me um motivo razoável! Não há justificativa que possa alicerçar esse comportamento do meu amigo, o deputado Cauê Macris.

Ontem foi feito um acordo - faltou um ou dois deputados para esse acordo - para pautar hoje a Sabesp e fazer ontem a comissão.

Ora, se nós temos 20 assinaturas de 20 deputados, de 20 líderes, qual a razão pela qual se pauta um projeto e não se pauta a PEC 05? Qual é a justificativa lógica, racional? Nenhum. Então, deputado Ricardo Madalena, essa é a minha preocupação. Nós estamos assistindo a isso passivamente. Ontem eu dizia: “para que servem esses 20 líderes? Estamos sendo humilhados” e V. Exa. estava lá. Humilhados. “Por que a Presidência não pauta?” E a Presidência nada respondeu.

Após a resposta da Presidência, dez dias, assim que chegar ao tribunal, o desembargador relator vai emitir o seu parecer que vai para um revisor que terá três dias para se manifestar. E nós vamos entregar memoriais a todos os 25 desembargadores. E, para não agir de maneira sorrateira, para sermos transparentes, optamos pelo julgamento virtual, que é mais ágil. Por isso aqui na Casa há assessores do presidente e eu não sei fazer jogo rasteiro. Estamos optando, sim, pelo julgamento virtual, a não ser que o tribunal não acolha; mas, deve acolher. E eu espero que daqui a dez ou 15 dias se tenha uma resposta, que se tenha uma decisão.

Fala-se que a Mesa vai interpor alguns recursos sob a alegação de que não consta do Orçamento. Mas o Orçamento não chegou aqui ainda. E se chegar eu vou apresentar uma emenda para constar o que pode ser aplicado em relação a essa PEC. Nós temos que estar em estado de alerta para sabermos quais vão ser as providências tomadas pela Mesa. Eu não vejo nenhuma solução razoável e justa para que a Mesa possa fazer, a não ser informar os motivos pelos quais não pautou o projeto. Quer quer medida periférica, para mim, vai se consistir numa grande leviandade. Nós estamos sendo corretos, serenos e sérios. Não escondemos nada. Eu informei ao presidente Cauê Macris, da entrada do mandado de segurança. Estou informando hoje aos senhores e senhoras o seguinte: nós não estamos afins - desculpe o termo - de passar a rasteira em quem quer que seja. Também não aceitamos que nos passem a rasteira!

Eu nunca estive tão convencido de que a não ser que surjam fatos novos - não sei de onde virão - a decisão do Tribunal de Justiça vai favorecer não aos senhores, mas à justiça que nesse caso deve ser aplicada. Não há nenhum caminho a não ser que se faça justiça aos senhores e senhoras. E, haja o que houver, na hipótese improvável - improvável, quero repetir - de nós não conseguirmos isso, vamos bater à porta de todos os tribunais deste País, para que se reconheça a dignidade e que seja feita justiça aos fiscais de renda e aos policiais militares. (Manifestação nas galerias.)

Meus amigos, estamos em guerra - uma guerra justa. E, agora, é aquilo que eu disse um dia desses: quando se sonha sozinho, tudo não passa de um grande sonho; quando se sonha em conjunto, outra realidade começa a brotar. E esse é o nosso sonho em conjunto, tenham certeza. (Manifestação nas galerias.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Wellington Moura e suspende a sessão por dois minutos.

Está suspensa a sessão.
\* \* \*

- Suspensa às 16 horas e 45 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 47 minutos, sob a Presidência do Sr. Ed Thomas.
\* \* \*

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PT.
O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores da Casa, funcionários da Fazenda que novamente estão aqui marcando presença e cobrando a aprovação da PEC. (Manifestação nas galerias.) Quero fazer referência também aos servidores da Associação da Defensoria Pública, que se encontram aqui e querem a aprovação do PL 58, que ajuda na remuneração dos servidores, corrigindo uma defasagem que existe desde 2013. Esperamos que haja sensibilidade para que isso seja também aprovado. Cumprimento os demais deputados.

Quero, rapidamente, exibir um vídeo.

\* \* \*
- É feita a exibição de vídeo.
\* \* \*

Esse vídeo se passa em Peruíbe, na última quinta-feira. Ele mostra uma audiência pública chamada pelo Consema para discutir a instalação de uma usina termoeétrica na cidade de Peruíbe.

\* \* \*
- É exibido vídeo.
\* \* \*

Nesse vídeo vemos parte de um ato da comunidade indígena de Peruíbe. Eles fizeram uma caminhada pelas ruas da cidade protestando contra a instalação da usina.

Eles fizeram esse ato pela tarde, fizeram uma caminhada até o local da audiência e, durante a audiência, fizeram o protesto que vocês viram. No vídeo, não deu para ver tudo, mas, tanto na caminhada quanto no local da audiência, tinham mais de mil pessoas. Mil pessoas já é muita gente em qualquer lugar, em Peruíbe é ainda mais, mexeu com toda a cidade.

A comunidade está chocada, porque havia essa audiência pública chamada pelo Consema, Conselho Estadual do Meio Ambiente, que está discutindo a instalação de uma usina privada para ser instalada na cidade de Peruíbe.

Todos sabem que Peruíbe tem áreas de proteção ambiental, áreas importantes, como a Serra do Guaratá, Juréia, e alguém, um iluminado, quer instalar uma usina lá, uma termoeétrica, que é uma usina poluente, que deixa resíduos, chuva química, fumaça, entre outras coisas.

O ato foi muito bonito, porque tinha a comunidade indígena local, professores, estudantes, ambientalistas, comerciantes, a comunidade toda estava presente.

Relato isso porque o que estamos vivendo no Brasil é de uma agressividade muito grande. Minha assessoria acabou de me informar que o governo federal lançou um novo pacote de privatizações, incluindo até a Casa da Moeda. É um absurdo. Parece que foi dado o apito, começou o jogo, podem vir para o Brasil e fazer o que quiserem, como quiserem. É uma destruição absurda.

A usina também simboliza isso, uma agressividade ao meio ambiente e àquele comunidade. Eu estava lá com os deputados Turco, Luiz Fernando e Nilto Tatto, querendo dialogar com o presidente do Consema, mas ele, inicialmente, estava irreductível. Queria abrir a audiência, dizer que não tinha condições de continuar, encerrar e considerar válida, sem fazer outra. Os empresários estavam pressionando, dizendo que tinha que abrir e fechar, que era válida e pronto. Era vergonhosa a pressão que os empresários estavam fazendo para que aquela audiência fosse considerada válida, mesmo não tendo mais condições de ela ocorrer. O pessoal ocupou o local, chamaram policiais, estava uma tensão e ele queria considerar válida.

Isso é desconsiderar a vontade popular, o interesse das pessoas como um todo. Aquela usina vai acabar com Peruíbe. Vai ser vergonhoso se o Consema avançar, se autorizar, porque não tem medida mitigadora que resolva o impacto. E está em debate a construção do plano de zoneamento costeiro, que pode ter restrições. Então, por que a pressa? Por que a velocidade?

Parece que está dado o sinal, querem fazer tudo na pressa. Deve ser o medo. Eles sabem que vamos ganhar ano que vem, então querem fazer tudo rápido para resolver os problemas. É uma pena que o Brasil esteja passando por isso graças a um golpe, a um governo ilegítimo, não reconhecido pelo povo. Um governo que tenta surrupiar tudo que pertence ao povo, como se não tivéssemos capacidade de fazer gestão, como se não tivéssemos condições de explorar e administrar a própria riqueza. Estamos simplesmente dando de mão beijada, e afetando o nosso meio ambiente, seja na região do Amazonas, seja no litoral sul de São Paulo, nesse exemplo aqui, de Peruíbe. É lamentável.

Na semana que vem vai ter uma audiência pública nesta Casa, por iniciativa da Frente Parlamentar criada pelo deputado Luiz Fernando. Marcaremos presença. E, no dia 4, estaremos em Peruíbe novamente para tentar impedir a agressão contra aquele povo. Esperamos que os demais parlamentares tenham a mesma sensibilidade e o mesmo compromisso, e não especificamente só com Peruíbe, ou só com a Baixada, mas com o que ocorre no nosso estado e que está afetando o nosso povo.

Nosso protesto, então, de toda a bancada do PT que está contra isso, e vai usar de todos os meios possíveis para tentar impedir a instalação dessa usina, que gera resíduos químicos na comunidade, nesse caso específico, de Peruíbe.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, ontem, por volta das sete e meia da manhã, a Linha Verde do Metrô estava com a velocidade reduzida em função de um acidente ocorrido, com uma pessoa que estava na plataforma. Ela teve um mal súbito e caiu na frente do trem. Por sorte, o operador conseguiu parar a máquina e não atropelou o cidadão, que caiu na frente do trem. Reduziu a velocidade, houve toda a operação que durou mais ou menos meia hora, e a pessoa foi atendida.

Por que estou trazendo esse assunto aqui? Eu apresentei nesta Casa um projeto em 2015, que tratava exatamente de colocar as portas de correr nas plataformas, para evitar que pessoas se joguem embaixo do trem para cometer suicídio, ou pessoas que possam ter um mal súbito, ou que escorreguem e caiam. O projeto foi aprovado na Casa em 2016. Em janeiro de 2017, o governador Geraldo Alckmin vetou totalmente o projeto, afirmando que a Companhia do Metropolitano de São Paulo é uma empresa de capital misto - isso é verdadeiro -, e que não poderia intervir porque seria uma ingerência na empresa, e isso não pode ser do Poder Legislativo.

Se ele é acionista do Metropolitano, e é o maior acionista, tinha até motivo para vetar o meu projeto e dizer que o Legislativo não pode intervir. Mas poderia dizer que pegaria o meu projeto e o apresentaria, do ponto de vista do Executivo. Não há problema algum. O que importa para nós é resolver o problema de segurança pública, e o problema das pessoas que querem cometer suicídio.

Todos os projetos que aprovo nesta Casa - que não foram muitos, apenas dois -, um em 2015, que é o Projeto de lei nº 888/2015, e este que é o Projeto de lei nº 1562/2015, foram vetados pelo governador. O Projeto de lei nº 888/2015, que tratava de criar um conselho para discutir política industrial com o mestre de serviço, preocupado com a demanda de São Paulo para resolver o problema de emprego, também foi vetado. Foi alegado, naquele momento, que o meu projeto usurpava o Poder Executivo. Ao contrário, eu dizia que o projeto tem que ser coordenado pelo Executivo, com a participação da comunidade científica, dos empresários da Fiesp, das Federações das Indústrias, com a participação do Legislativo, mais a comunidade científica.

Então, não sei se é porque sou da oposição, e vou continuar sendo, ele vai ter que continuar vetando projetos meus. Eu já apresentei mais de 20, e daqui a pouco vou dar entrada em mais 10 projetos, mas o governador sempre arruma uma desculpa para não executar aquilo que vem do Legislativo ou, se é do Legislativo, e ele verificar que pode ser uma intervenção do Legislativo, transforma em um projeto do Executivo e executa um serviço que garanta uma condição de segurança pública e de condições de trabalho.

Quero pedir para que reencaminhe, novamente, essa onda dos acidentes para o governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.
\* \* \*

- Passa-se à ORDEM DO DIA
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Marcos Martins, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma Comissão de Representação com a finalidade de acompanhar a pauta de julgamentos referentes ao amianto perante o Supremo Tribunal Federal, em Brasília, no dia 23 de agosto de 2017.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Eu gostaria de fazer uma saudação aos agentes da Fazenda e à Defensoria, de uma forma geral. Um registro muito especial da minha cidade. É um projeto dos senhores de auxílio e de ajuda a entidades que é muito bonito de se ver. Então, em nome de duas entidades de Presidente Prudente de acolhimento, que os senhores ajudaram, do próprio bolso, meu muito obrigado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje. Lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.
\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 02 minutos.
\* \* \*

## 23 DE AGOSTO DE 2017 40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Presidentes:** ANALICE FERNANDES, DAVI ZAIA e CORONEL CAMILO
**Secretários:** GILMAR GIMENES e DAVI ZAIA

### RESUMO

1 - ANALICE FERNANDES Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CORONEL CAMILO Solicita a suspensão da sessão por dez minutos, por acordo de lideranças.
3 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES Defere o pedido e suspende a sessão às 19h04min.
4 - DAVI ZAIA Assume a Presidência e reabre a sessão às 19h27min.
5 - BARROS MUNHOZ Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.
6 - PRESIDENTE DAVI ZAIA Defere o pedido e suspende a sessão às 19h27min.

ORDEM DO DIA

7 - CORONEL CAMILO Assume a Presidência e reabre a sessão às 19h34min.
8 - WELLINGTON MOURA Solicita verificação de presença.
9 - PRESIDENTE CORONEL CAMILO Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que não atinge número para a continuidade dos trabalhos. Levanta a sessão.
\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.
\* \* \*

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 10 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Coronel Camilo e suspende a sessão por 10 minutos.

Está suspensa a sessão.
\* \* \*

- Suspensa às 19 horas e 03 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 27 minutos, sob a Presidência do Sr. Davi Zaia.
\* \* \*

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Barros Munhoz e suspende a sessão por mais cinco minutos.

Está suspensa a sessão.
\* \* \*

- Suspensa às 19 horas e 27 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 34 minutos, sob a Presidência do Sr. Coronel Camilo.
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.
\* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Gilmar Gimenes e Davi Zaia para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.
\* \* \*

- É feita a chamada.
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número insuficiente para a continuidade dos trabalhos, e agradece a colaboração dos nobres deputados Gilmar Gimenes e Davi Zaia. Está levantada a sessão.
\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.
\* \* \*

## 24 DE AGOSTO DE 2017 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidente:** DOUTOR ULYSSES
**Secretário:** CORONEL TELHADA

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas.

2 - LECI BRANDÃO

Discorre acerca de matérias jornalísticas, a evidenciar orientações do novo comandante da Rota, Ricardo Augusto Nascimento de Melo Araújo, quanto a critérios de abordagem de cidadãos, em decorrência do local de habitação e da classe social. Salienta que existe uma divisão populacional, de um lado pessoas com cidadania, de outro, excluídos. Tece considerações sobre Rafael Braga, negro, morador de periferia no Rio de Janeiro, não atendido pelo Poder Judiciário da mesma forma como fora o filho de desembargadora, preso por porte de munição e de drogas, e amparado por habeas corpus.

3 - ORLANDO BOLÇONE

Associa-se ao pronunciamento da deputada Leci Brandão. Informa a comemoração dos 50 anos da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. Anuncia que a entidade já construiu 521.500 moradias para famílias de baixa renda. Informa que a instituição é, provavelmente, a maior do mundo, no setor. Acrescenta que lei destina 1% dos recursos do ICMS para a instituição. Mostra-se honrado por ter sido, nos idos de 1989 e 1990, diretor administrativo da companhia. Tece breves considerações históricas da entidade. Aduz que, atualmente, a CDHU e a Secretaria da Educação são polos geradores de inovação, com redução de custos e melhoria na eficácia, principalmente em benefício de idosos e de pessoas com necessidades especiais de locomoção.

4 - CORONEL TELHADA

Valoriza a atuação das forças de segurança em cenários que demandam auxílio. Comenta naufrágios ocorridos no Pará e na Bahia e a presença do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e da Marinha, nas ocorrências. Lamenta críticas às instituições de Segurança Pública. Manifesta-se contrariamente à UOL, pela forma como se referia à política de atuação da Rota. Elogia o comandante da tropa de elite. Afirma que já processara a UOL, por mentira veiculada. Acrescenta que a instituição policial age de modo padronizado e sem discriminação. Assevera que a maioria dos membros da Polícia Militar é composta por negros e que vivem na periferia.

5 - CARLOS GIANNAZI

Crítica o governo federal pela revogação de portaria que delimitara área indígena, na região do Pico do Jaraguá. Acrescenta que nova portaria, a serviço da especulação imobiliária, reduzira de 521 para dois hectares a reserva. Informa que território na Amazônia, equivalente ao do estado do Espírito Santo, destinado aos índios, fora reduzido, em benefício de mineradoras e do agronegócio. Crítica o anúncio de 30 privatizações e as reformas levadas a cabo pelo Governo Temer. Lamenta o congelamento do orçamento de investimentos em áreas sociais, pelo prazo de 20 anos. Assevera que recursos públicos são canalizados para instituições do mercado financeiro. Aduz que no dia